O Governo Local e a Gestão Integrada de Recursos Hídricos (GIRH)

Parte II

Perceber o Contexto – O Papel do Governo Local na GIRH









UNIVERSITY OF OXFORD
CEH Centre for Ecology & Hydrology NATURAL ENVIRONMENT RESEARCH COUNCIL
FUNDACIÓN Nueva Cultura del Agua
INSTITUTE OF NATURAL RESOURCES
IRC
IUCN
Institute of Water and Sanitation Development
OKAVANGO KAVANGO-ZAMBEZI TRANSFRONTIER CONSERVATION AREA
ICLEI Local Governments for Sustainability

Ficha Técnica

O Governo Local e a Gestão Integrada de Recursos Hídricos (GIRH)
Parte II: Perceber o Contexto – O Papel do Governo Local na GIRH

Autores
Philip, R.[1], Anton, B.[1], Cox, D.[2], Smits, S.[3], Sullivan, C. A.[4], Chonguiça, E.[5], Monggae, F.[6], Nyagwambo, L.[7], Pule, R.[8], Berraondo López, M.[9]

[1] ICLEI - Local Governments for Sustainability, International Training Centre
[2] Institute of Natural Resources (INR)
[3] IRC International Water and Sanitation Centre
[4] Oxford University Centre for the Environment (OUCE)
[5] International Union for Conservation of Nature (IUCN), Mozambique Office
[6] Kalahari Conservation Society (KCS)
[7] Institute for Water and Sanitation Development (IWSD)
[8] ICLEI - Local Governments for Sustainability, Africa Secretariat
[9] Foundation for a New Water Culture (FNCA)

Com contribuições e sugestões adicionais de todos os parceiros do projecto LoGo e dos representantes de oito Governos Locais associados (ver parte interior da contra-capa).

Layout
Papyrus Medientechnik GmbH, Freiburg, Alemanha (www.papyrus-medientechnik.de)
Fotos da capa, cortesia do IWSD (Khulumsenza Gardens, construção de latrinas) e Cidade de Cape Town (imagem aérea).

Impressão
Hirt and Carter (Pty) Ltd, Durban, África do Sul (www.owlco.co.za)

Editora
ICLEI – Local Governments for Sustainability, Africa Secretariat
Kobie Brand (Responsable)

Pode-se obter em:
ICLEI – Local Governments for Sustainability, Africa Secretariat
44 Wale Street, Cape Town, ou
PO Box 16548, Vlaeberg, 8018 Cape Town, África do Sul
Fax: +27-21/487 2578
E-mail: iclei-africa@iclei.org

Todos os materiais intitulados "Governo Local e a Gestão Integrada de Recursos Hídricos (GIRH)" estão disponíveis para descarregar a partir do website do projecto "LoGo Water" (www.iclei-europe.org/logowater).

Direitos de Autor
© ICLEI European Secretariat GmbH, Freiburg, Alemanha, 2008

Reservados todos os direitos. Nenhuma parte deste relatório pode ser reproduzida ou copiada de qualquer forma ou qualquer meio sem a autorização escrita de ICLEI – Local Governments for Sustainability, European Secretariat.

Agradecimentos
Esta publicação foi produzida como parte do projecto "LoGo Water – Apoio ao envolvimento efectivo dos Governos Locais na Gestão Integrada de Recursos Hídricos (GIRH) nas bacias hidrográficas na região da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC)" (Janeiro 2005 a Março 2008). O projecto foi financiado pela Comissão Europeia, Direcção Geral de Investigação, ao abrigo do Sexto Programa Quadro, Contrato número 003717.

Aviso: Nem a Comissão Europeia e nem qualquer pessoa que age em nome da Comissão é responsável pelo uso que possa ser feito da informação seguinte. Os pontos de vista expressos nesta publicação são da única responsabilidade dos autores e não reflectem necessariamente os pontos de vista da Comissão Europeia.

Parte II

Perceber o Contexto – O Papel do Governo Local na GIRH

O conjunto de materiais intitulados "O Governo Local e a Gestão Integrada de Recursos Hídricos (GIRH)" tem como objectivo apoiar a participação activa dos Governos Locais na GIRH. A informação aqui incluida aborda tanto a teoria como a prática do desenvolvimento e implementação de um processo através do qual os princípios de GIRH de equidade social, eficiência económica e sustentabilidade ambiental podem ser aplicados.

Os materiais têm como destinatários principais os funcionários dos Governos Locais, mas são igualmente considerados úteis para indivíduos e organizações que trabalham com estas indtituições na gestão de recursos hídricos.

O conjunto de materiais sobre GIRH consiste das seguintes quatro partes:

Parte I: Colhendo os Benefícios – Como os Governos Locais Beneficiam com a GIRH

Parte II: Perceber o Contexto – O Papel do Governo Local na GIRH

Parte III: Engajando-se na GIRH – Passos e Ferramentas Práticas para os Governos Locais

Parte IV: Fazer da Água um benefício em prol dos Governos Locais – As Dez Principais Dicas para uma abordagem Integrada da Gestão da Água

Os materiais são o resultado do LoGo Water[1], um projecto de pesquisa com o objectivo melhorar a capacidade dos Governos Locais para implementar a GIRH, contribuindo assim para alcançar os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM's).

O conjunto completo está disponível para descarregar em www.iclei-europe.org/logowater.

[1] LoGo Water: Apoio ao envolvimento efectivo dos Governos Locais na Gestão Integrada de Recursos Hídricos (GIRH) nas bacias hidrográficas da região da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC), Contrato da CE 003717

Março 2008

ICLEI Local Governments for Sustainability

Índice

Introdução **1**

1. O que é a Gestão Integrada de Recurso Hídricos? **1**

1.1 Definição de GIRH 1

1.2 O princípios de GIRH 2

1.2.1 Equidade Social 2

1.2.2 Eficiência Económica 3

1.2.3 Sustentabilidade Económica 3

2. A governação da gestão de recursos hídricos **4**

2.1 Definição de governação da água 4

2.2 Elementos da governação da água 4

2.3 Níveis de governação da água 6

2.3.1 Níveis Administrativos de Governação 7

2.3.2 Níveis Hidrográficos de Governação 8

2.4 Implicações Para os Governos Locais 9

3. Boa governação na gestão de recursos hídricos **10**

3.1 Definição de boa governação 10

3.2 Princípios de boa governação 10

3.2.1 Inclusão Social 12

3.2.2 Transparência e Responsabilidade 13

3.3 Implicações para os Governos Locais 15

4. A participação dos actores na tomada de decisões **16**

5. Conclusões: O que significa GIRH para os Governos Locais **18**

6. Referências **20**

Introdução

Este documento é a Parte II de um conjunto de materiais intitulado "O Governo Local e a Gestão Integrada de Recursos Hídricos (GIRH)". O consiste de quatro secções principais. A primeira oferece uma introdução à GIRH, a segunda descreve a governação de recursos hídricos, a terceira discute os princípios de boa governação na gestão de recursos hídricos e a quarta realça a importância do envolvimento dos actores.

Este documento tem como destinatários os Governos Locais interessados em participar na GIRH. Tem como objectivo aumentar a percepção da relação entre a governação, boa governação e a GIRH, com o objectivo de providenciar bases teóricas que existem sobre a implementação de passos práticos da GIRH.

Tanto a GIRH como a boa governação baseiam-se em princípios que estão estreitamente ligados. As instituições, quadros, legislação e políticas de governação a diferentes níveis formam a estrutura na qual a GIRH deve funcionar. Se a governação for defeituosa, as oportunidades para aplicar os princípios da GIRH tornam-se restritas. Uma governação de água bem organizada e que encoraja a inclusão social, o envolvimento de actores, a transparência e a prestação de contas, irá facilitar a criação de um ambiente favorável para os Governos Locais desenvolverem planos de água integrados.

1. O que é a Gestão Integrada de Recurso Hídricos?

1.1 Definição de GIRH

A nível mundial, a Gestão Integrada de Recursos Hídricos (GIRH) está a ser promovida para ajudar a melhor entender, proteger e desenvolver recursos hídricos de uma forma coordenada, contribuindo assim para um desenvolvimento sustentável. A Parceria Global da Água define a GIRH como:

"um processo que promove o desenvolvimento e gestão coordenada da água, terra e recursos relacionados, com o objectivo de maximizar o resultante bem-estar económico e social de uma forma equitativa e sem comprometer a sustentabilidade de ecossistemas vitais" [1].

Como a pressão sobre os recursos hídricos aumenta globalmente devido ao crescimento da população, poluição e impactos possíveis das mudanças climáticas, a GIRH é vista como um quadro para pensar numa abordagem mais sustentável da gestão e uso de recursos hídricos.

A consideração de diferentes aspectos da gestão de recursos hídricos de forma simultânea caracteriza o elemento Integração da GIRH. Com base numa perspectiva do Governo Local, a integração pode ocorrer de diferentes maneiras, tais como:

- a integração de considerações sociais, económicas e ecológicas nos mandatos dos Governos Locais que estejam directa ou indirectamente relacionados com os recursos hídricos;
- a integração de actividades pelos diferentes departamentos dos Governos Locais para aumentar a eficiência e eficácia do desempenho;

[1] Integrated Water Resources Management, TAC Background Paper #4, Global Water Partnership Technical Advisory Committee, Estocolmo: 2000, p. 22

- a integração dos pontos de vista de uma vasta gama de actores para gerar uma base alargada de conhecimento e recursos, reforçar a propriedade e desenvolver intervenções mais apropriadas;
- a integração de diferentes usos de água dentro das fronteiras locais com áreas adjacentes;
- a integração de actividades locais com aquelas a montante e a jusante; e
- a integração de necessidades futuras nos processos de planificação correntes.

Tal abordagem de integração permite um processo de tomada de decisões mais informado que considera os impactos das acções sobre outros utilizadores de água e ecossistemas e – vice-versa, como outros utilizadores de água e funções do ecossistema afectam o uso local de água.

Os Governos Locais estão bem posicionados para participar na GIRH devido a sua proximidade e percepção sobre as condições de vida, situação económica, tradições culturais, conflitos sociais, etc., da população. Uma abordagem integrada requer uma análise mais detalhada das consequências sociais, ambientais e financeiras de curto e longo prazos de seguir formas alternativas de acção em muitas tarefas diárias dos Governos Locais – um pré-requisito para um melhor desempenho de mandatos regulares. Os benefícios resultantes de tal abordagem integrada são tratados com mais detalhe na Parte I deste conjunto de materiais sobre "O Governo Local e a Gestão Integrada de Recursos Hídricos".

1.2 O princípios de GIRH

A equidade social, eficiência económica e sustentabilidade ecológica são os três princípios nucleares de GIRH e, simultaneamente os objectivos principais a alcançar. Os três princípios estão estreitamente ligados e sobreposição entre eles significa que são sempre muito difíceis de separar. A Figura 1 mostra a interacção entre os princípios.



Figura 1 – Os princípios de GIRH e como eles se interagem

1.2.1 Equidade social

O princípio de equidade social refere-se às consequências das decisões e acções enfrentadas pelos diferentes utilizadores de água. O enfoque é particularmente sobre como assegurar a equidade no acesso e uso de recursos hídricos e benefícios derivados. Isto aplica-se a todos os grupos sociais independentemente do estatuto social, localização espacial e características individuais dos seus membros tais como o seu género, idade, condições de saúde e nível de rendimento.

A equidade social pode, por exemplo, ser aumentada através de:

- envolvimento e consulta a todos os utilizadores e actores de água na tomada de decisões sobre os recursos hídricos para garantir que oportunidades mais iguais sejam concedidas para exprimirem as suas necessidades e expectativas, independentemente do poder económico ou estatuto social;
- alocação equitativa de água disponível entre todos os utilizadores para distribuir justamente os benefícios económicos, melhorar a subsistência e finalmente aliviar a pobreza; e
- redução dos impactos negativos das actividades locais dos utilizadores de água em zonas a jusante e a montante da bacia de captação fora das fronteiras do Governo Local.

1.2.2 Eficiência económica

O princípio de eficiência económica aborda a necessidade de fazer o uso mais económico dos recursos hídricos para alcançar os retornos de valor mais altos, conseguindo assim o maior benefício para o maior número de pessoas. Este valor não é somente uma questão de preço, mas deveria também incluir custos e benefícios sociais e ambientais corrente e futuros.

O princípio de eficiência económica na gestão de recursos hídricos pode ser levado avante através da aplicação de medidas tais como as seguintes:

- adoptar uma abordagem de precaução para evitar custos variáveis no futuro;
- reduzir ou reorientar a procura de recursos hídricos nos sectores doméstico, agrícola, industrial e público; e
- reciclar a água residual com o objectivo de usar uma unidade de água com eficiência óptima.

1.2.3 Sustentabilidade económica

O princípio de sustentabilidade económica reconhece o ambiente como um utilizador ele próprio e apela à manutenção dos serviços que os ecossistemas providenciam. Como tal, os recursos hídricos não podem ser delapidados para além dos limites de reposição por processos naturais ou intervenção humana. Isto aplica-se não só para esta geração mas também para as vindouras.

Gerir os recursos hídricos enquanto se presta atenção à sustentabilidade ecológica, pode ser alcançado através de medidas tais como as seguintes:

- fazer consciencialização da vulnerabilidade dos ecossistemas e dos serviços que eles providenciam;
- promover actividades económicas que produzem impactos menos prejudiciais sobre os ecossistemas hídricos; e
- aprovar e aplicar regulamentos que têm como objectivo proteger a ecologia local.

.

2. A governação da gestão de recursos hídricos

2.1 Definição de governação da água

A capacidade do Governo Local aplicar os princípios de GIRH depende muito de um quadro de governação (de recursos hídricos) favorável. Por conseguinte, é importante que os Governos Locais tenham consciência das estruturas de governação existentes antes de embarcarem na planificação e implementação de acções de GIRH.

Muitas definições diferentes de governação podem ser encontradas na literatura e documentos de políticas. Este documento usa o tremo governação como definido pelo PNUD como sua base, nomeadamente:

"*[Governação é] exercício de autoridade política, económica e administrativa na gestão dos assuntos de um país a todos os níveis. A governação compreende os mecanismos, processos e instituições complexas através das quais os cidadãos e grupos articulam os seus interesses, medeiam as suas diferenças e exercem os direitos e obrigações legais.*"[2]

Consequentemente, a governação de recursos hídricos refere-se ao sistema através do qual as decisões sobre a gestão de recursos hídricos são tomadas e aplicadas. Isto é explicado com mais detalhe nas seguintes seções.

2.2 Elementos da governação da água

Seguindo a definição do PNUD, a governação da água pode ser definida através de diferentes elementos, nomeadamente:

- as várias **instituições** formalmente responsáveis pela gestão de recursos hídricos;
- os **mecanismos** em que esta gestão deve funcionar; e
- os **processos** reais que são realizadas para gerir os recursos hídricos.

Os elementos de governação podem ser definidos a diferentes níveis administrativos. Estes irão variar de acordo com o arranjo político e institucional de um país, embora em termos gerais os elementos básicos sejam universais.

Instituições

As instituições com autoridade formal na definição de quadros vinculativos para a gestão de recursos hídricos são variadas. Elas incluem as administrações e reguladores do governo aos níveis local, nacional e supranacional, assim como agências e organização aos níveis de bacias de captação e bacias hidrográficas.

Outros actores tais como organizações não-governamentais (ONG's), associações de utilizadores de água, organizações baseadas na comunidade e o sector provado podem ser envolvidos no sistema mas a sua influência é diferente visto que não têm autoridade dos órgãos do governo. Todavia, são veículos importantes através dos quais os grupos de interesse podem exercer influência sobre a toma de decisões.

---

[2] (UNDP, 1997)

O Governo Local, como o nível de governo mais associado aos assuntos locais, está numa posição única dentro do sistema de governação da água. Por um lado, não tem um mandato directo para a gestão de recursos hídricos, mas de outro lado, tem numerosos mandatos que estão directa e indirectamente ligados aos recursos hídricos. O Governo Local pode também usar a sua "autoridade" para alargar o envolvimento dos actores nos processos de tomada de decisões locais, permitindo assim uma abordagem mais participativa na gestão de recursos hídricos ao nível local.

Mecanismos

Os mecanismos para a governação da água consistem de legislação, regulamentos e políticas, com as quais a gestão de recursos hídricos deve estar de acordo. Tais mecanismos são geralmente desenvolvidos aos níveis internacional, nacional e ao nível de bacias hidrográficas ou de bacias de captação.

Em relação ao Governo Local, a legislação formulada pelo Governo Nacional é provável que seja mais relevante. Embora a descentralização acrescida providencie ao Governo Local pode para desenvolver os seus próprios decretos e políticas ao nível local, estes devem ainda conforma-se com os quadros provincial, nacional e supranacional. Portanto, os Governos Locais precisam de ter uma boa percepção de tais quadros legais e regulamentares para prevenir a contravenção e as multas e penalizações consequentes que isto pode originar.

Como exemplo de uma quadro internacional para a governação da água é o Protocolo revisto da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) para Cursos de Água Partilhados (SADC 2001)[3], que tem como objectivo a integração regional e o alívio da pobreza. Ao nível nacional, a Política Nacional de Água de Moçambique e Zimbabwe e a Lei Nacional de Água da África do Sul e Botswana, por exemplo, providenciam o quadro em que a gestão de recursos hídricos nestes países precisa de operar.

Os mecanismos de governação da água são somente efectivos quando aplicados. O cumprimento generalizado das leis e regulamentos estipulados irá somente ocorrer quando um regulador forte estiver a funcionar para realizar a aplicação e assegurar as consequências futuras quando a infracção for provada.

Processos

Os processos de governação da água referem-se a interacção entre instituições e a aplicação de mecanismos de governação. Os processos podem ser uma gama de medidas associadas com os mandatos do Governo Local que usam a água para propósitos específicos, tais como serviços de água, uso agrícola e industrial da água, turismo, energia hidroeléctrica e gestão ambiental. O Governo Local deve assegurar que estas medidas estão em linha com a legislação e políticas conforme estabelecidas em quadros relevantes que a gestão de recursos hídricos deve obedecer.

Os processos de governação ao nível local não são limitados às medidas adoptadas no cumprimento dos mandatos associados com os recursos hídricos. O Governo Local é também a instituição principal responsável pela regulação, planificação integrada, participação dos actores e resolução de conflitos ao nível local.

Os processos de governação da água referem-se à interacção entre as instituições através das quais os mecanismos são aplicados. Por exemplo, tal interacção pode ser:

---

[3] Este protocolo complementa o quadro providenciado por outros instrumentos do direito internacional sobre a água tais como a Regras de Helsínquia sobre o uso da Água de Rios Internacionais e a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito sobre Usos dos Cursos de Água Internacionais para fins diferentes da Navegação.

- O conselho eleito de um Governo Local toma a decisão de estabelecer um processo para envolver os actores locais na gestão de recursos hídricos.
- Um órgão regulador analisa a Avaliação do Impacto Ambiental de um plano de uso de terra desenvolvido por um Governo Local num área ecologicamente sensível.
- Uma associação organiza m processo de consulta com os seus membros para receber a sua contribuição para a sua advocacia sobre as necessidades locais de água vis-à-vis uma agência de gestão de bacia de captação.
- Uma equipa de trabalho de um Governo Nacional investiga os impactos e desafios de medidas de descentralização no sector de água ao nível local para preparar uma revisão de mandatos relevantes do Governo Local.
- Uma comissão regional de água convida os Governos Nacionais para identificarem novas prioridades para ajustamento das suas políticas com base nas últimas tendências económicas ou sociais.

2.3 Níveis de governação da água

O sistema de governação da água funciona a diferentes níveis dentro de dois tipos de fronteiras: administrativa e hidrológica. As fronteiras administrativas raramente seguem as fronteiras hidrológicas, que muitas vezes providencia desafios no sistema de governação da água. A Figura 2 demonstra os diferentes níveis da água.

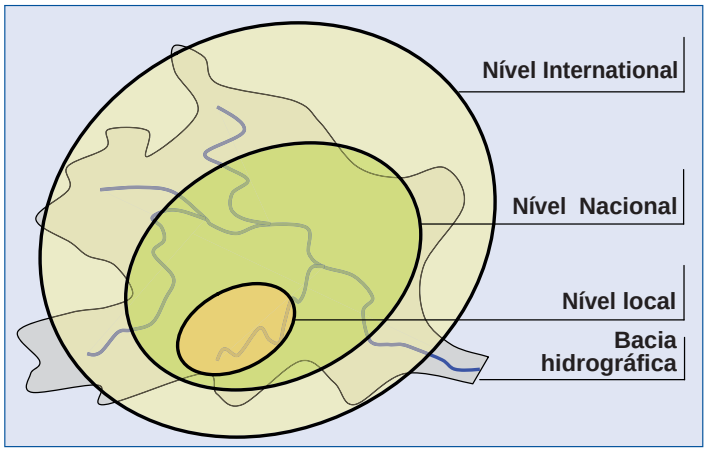


Figura 2 – Níveis diferentes de governação

2.3.1 Níveis administrativos de governação

Nível Internacional

Em muitos, as instituições supranacionais tal como a SADC jogam um papel importante no desenvolvimento de quadros de recursos hídricos através de acordos entre os estados membros. Tais acordos podem, por exemplo, estipular padrões de qualidade da água, iniciar programas de gestão de cheias de grande escala e prevenir o desenvolvimento de infra-estruturas que poderiam afectar negativamente os utilizadores a jusante. O Protocolo revisto da SADC sobre Sistemas de Cursos de Água Partilhados (SADC 2001), por exemplo, foi assinado por cada membro da SADC e aplicado na legislação nacional. Um exemplo de menor escala é o estabelecimento de uma Comissão Técnica Tripartida Permanente entre a África do Sul, Moçambique e a Swazilândia para tratar da protecção e utilização sustentável de recursos hídricos dos cursos de água do Incomáti e Maputo (Johannesburg, 29 Agosto 2002).

As instituições internacionais podem encorajar a aplicações dos princípios de GIRH, particularmente através de acordos multinacionais para proteger a biodiversidade e participar e na partilha dos benefícios dos esquemas de desenvolvimento de recursos hídricos. Os Governos Locais raramente estão directamente envolvidos nas decisões tomadas e acordos realizados ao nível internacional visto que isto é tarefa dos governos nacionais. Todavia, os resultados podem substancialmente produzir impacto sobre todas as suas operações diárias.

Nível nacional

Nos últimos anos, muitos países da Região da SADC registaram melhoramentos na governação da água ao nível nacional, tornando assim mais fácil pôr em prática a GIRH. Isto foi alcançado através da adopção de novas políticas de uma gama alargada, revisão das leis água e o estabelecimento de novas instituições para a gestão de recursos hídricos.

> A lei Nacional de água da África do Sul 36 de 1998 foi elaborada com o objectivo de reformar a lei relacionada com os recursos hídricos. A lei estabelece a responsabilidade geral do Governo Nacional para a gestão dos recursos hídricos nacionais. Isto inclui a definição da estratégia nacional de recursos hídricos que providencia o quadro para a gestão de recursos hídricos para a nação como um todo assim como o quadro no qual a água será gerida ao nível regional ou da bacia de captação, em áreas de gestão de água definidas.[4]

Para o Governo Local, as regras estabelecidas ao nível nacional são as mais relevantes. A legislação e políticas estabelecidas pelo Governo Nacional formam os quadros nacionais e determinam a forma como o Governo Local se pode engajar na GIRH através do a definição:

- de mandatos do Governo Local;
- de mandatos das autoridades de recursos hídricos tais como Agências de Gestão de Bacias de Captação;
- dos mecanismos com os quais os diferentes níveis do governo podem interagir na gestão de recursos hídricos.

Nível local

Este nível refere-se à área de jurisdição do Governo Local. As autoridades nacionais geralmente tem a responsabilidade geral pela gestão de uma recursos hídricos e uma infra-estrutura de grande escala de um país, tais como barragens e esquemas de transferência de água. Contudo, o Governo Local joga um papel crucial visto vários dos seus mandatos regulares, por exemplo, o abastecimento de água, tratamento de águas residuais, planificação do uso da terra, etc., estão directa e indirectamente relacionados com os recursos hídricos.

O sistema de governação local funciona de acordo com os quadros estabelecidos aos níveis nacional e sub-nacional.

Dependendo do grau de descentralização, o Governo Local tem uma certa flexibilidade dentro desses quadros para criar decretos e políticas. Também podem usar a sua competência ao nível local para estender a participação na tomada de decisões para um grupo mais alargado de actores que representam os utilizadores locais de agua e outros actores relacionados com a água, tais como agricultores, donos de fábricas, pescadores, homens de negócios, representantes das organizações baseadas na comunidade, ONG's, etc. O envolvimento de actores é discutido com mais detalhes na Secção 4.

---

[4] África do Sul – Lei Nacional de Água 36 de 1998

2.3.2 Níveis hidrográficos de governação

Nível de bacia hidrográfica

Muitas bacias hidrográficas grandes da África Austral cobrem várias nações e numerosas administrações locais. As fronteiras das bacias hidrográficas raramente seguem as fronteiras administrativas observadas pelos governos nacionais e locais e, portanto, a gestão da bacia como um todo deve funcionar além fronteiras. As comissões de bacias hidrográficas transfronteiriças têm sido estabelecidas para gerir bacias internacionais da África Austral, tal como a do Zambeze, Orange-Senqu e Limpopo. Os interesses de cada governo nacional dentro da bacia são representados nessas comissões, as quais tratam de questões de desenvolvimento de bacias hidrográficas de alto nível com o objectivo de melhorar a gestão de recursos naturais que são relevantes para o contexto de toda a bacia.

> A Comissão do Curso de Água do Zambeze é um exemplo de uma instituição transfronteiriça que envolve uma participação multinacional. O desenvolvimento do Plano de Acção do Zambeze[5] e o estabelecimento Comissão do Zambeze foi concluído para aconselhar os governos nacionais em relação ao desenvolvimento da bacia. A Comissão responsável pelo Plano de Acção é constituída por organizações, instituições e agências nacionais. Os governos locais têm uma contribuição limitada, embora tenham sido estabelecidos certos mecanismos para participação.

Em geral, estas comissões de bacias hidrográficas limitam as suas actividades ao estabelecimento de objectivos de desenvolvimento globais, mas também pode ser engajadas em negociações de alocação de água entre os países. Nesse respeito, podem estabelecer fronteiras importantes dentro das quais os actores nacionais e locais precisam de movimentar.

O nível de (sub)-bacia de captação

A planificação, alocação e gestão de recursos hídricos são melhor coordenadas ao nível da bacia de captação. Uma bacia ou sub-bacia de captação refere-se a parte de uma grande bacia hidrográfica e é o nível até ao qual mais e mais competências importantes da gestão de recursos hídricos estão a ser transferidas num número crescente de países da região.

Exemplos de instituições responsáveis pela gestão de recursos hídricos ao nível de bacias de captação são as Agências de Gestão de Bacias de Captação na África do Sul e Conselhos de Bacias de Captação no Zimbabwe. Tipicamente, as responsabilidades incluem o estabelecimento de regulamentos que especificam como os diferentes actores locais podem participar nas deliberações e tomada de decisões sobre a gestão de recursos hídricos neste nível.

> Na África do Sul, a aprovação da Lei de Água[6] resultou no desenvolvimento de uma estratégia nacional de recursos hídricos. Isto inclui o estabelecimento de Agências de Gestão de Bacias de Captação, as quais têm a responsabilidade de desenhar estratégias individuais de bacias de captação para a protecção, uso, desenvolvimento, conservação, gestão e controlo de recursos hídricos dentro da sua área de gestão de água. O envolvimento dos Governos Locais é esperado dentro do quadro das Agências de Gestão de Bacias de Captação.

Até à data, o envolvimento do Governo Local em instituições do nível de bacias de captação não é considerado, embora exemplos existam, tais como na Agências de Gestão de Bacias de Captação do Incomáti na África do Sul, que tem um representante do Governo Local como um dos sues administradores.

---

[5] Projecto do Plano de Acção do Zambeze No. 6 Fase II

[6] África do Sul – Lei Nacional de Água 36 de 1998

2.4 Implicações para os Governos Locais

Os diferentes aspectos de governação da água em todos os níveis hidrológicos e administrativos definem o papel e responsabilidades do Governo Local na gestão local dos recursos hídricos. Como os Governos Locais não tem responsabilidade directa sobre a gestão de recursos hídricos, geralmente não participam no desenvolvimento das respectivas políticas e legislação. Consequentemente, isto tem um impacto sobre a sua capacidade de aplicar os princípios de GIRH com sucesso quando implementam mandatos que estão de algum modo relacionados com os recursos hídricos.

Por conseguinte, o Governo Local deve procurar situações em que pode contribuir para o desenvolvimento de quadros e elaboração de políticas a altos níveis de governação. As associações de Governos Locais podem ser um canal através do qual esta representação pode ocorrer ao nível nacional, porque em certos casos estas possuem o necessário poder e voz para influenciar os órgãos de tomada de decisões de nível mais alto. Ao nível das bacias hidrográficas é mais provável que o Governo Nacional irá representar as necessidades locais e, portanto, é um desafio para o Governo Local assegurar que esta representação indirecta não seja negligenciada.

Dentro das fronteiras dos quadros legais e de políticas prescritos, os próprios Governos Locais têm margem para adaptar a estrutura de governação localmente para beneficiar as necessidades e condições locais. Isto inclui criar legislação e políticas locais e, especialmente, abrir o processo de tomada de decisões a mais actores dos quais se pode obter uma melhor percepção das questões locais e se pode derivar recursos e capacidades adicionais.

Com o objectivo de aproveitar tais vantagens, o Governo Local deve ter bons conhecimentos sobre:

- como funciona a governação da água no seu país;
- a sua posição no quadro de governação da água e o grau de liberdade possui para estabelecer regras ao nível local;
- os actores locais com quem partilhar a tomada de decisões e outras tarefas na gestão de recursos hídricos; e
- o âmbito para fazer *lobby* para as necessidade e interesses locais aos níveis mais altos do governo através de, por exemplo, organizações intermediárias e associações municipais.

3. Boa governação na gestão de recursos hídricos

3.1 Definição de boa governação

Enquanto que a análise da governação olha para as instituições, mecanismos e processos de gestão de recursos hídricos de uma forma mais *descritiva* a "boa" governação é uma perspectiva *baseada no valor*. Dependendo dos valores específicos a serem enfatizados, podem ser encontradas várias definições, cada uma olhando para a governação de um ângulo de interesse diferente. Em relação a este documento, a definição de boa governação da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) foi escolhida ao sector de água:

"A boa governação é participativa, orientada para o consenso, responsável, transparente, reactiva, efectiva e eficiente, equitativa e inclusiva e obedece à lei. Assegura que a corrupção seja minimizada, as opiniões das minorias sejam tomadas em consideração e que a voz dos mais vulneráveis na sociedade seja ouvida na tomada de decisões."[7]

A boa governação é um ideal que nunca pode ser completamente alcançado, mas sim perseguido. Como a GIRH, a boa governação pode ser melhor expressa através de vários princípios, tais como equidade social, transparência e prestação de contas. A teoria é que a governação melhora ao mesmo tempo que esses princípios formam de modo crescente a base das regras vinculativas gerais para a implementação de políticas.

Os princípios de GIRH são mais fáceis de aplicar se estiver a funcionar um quadro de boa governação em todos os níveis administrativos e hidrológicos.

3.2 Princípios de boa governação

Conforme mencionado acima, trabalhar em direcção à boa governação é alcançado seguindo dos seguintes princípios através dos quais é definida. Neste sentido, ela partilha uma base comum com a GIRH quando a mesmo se aplica. As duas estão também muito ligadas porque a boa governação serve como um quadro facilitador da GIRH.

A Figura 3 lista alguns princípios de boa governação e suas consequências práticas no sector de água. Estes princípios são discutidos com maior detalhe nas seguintes secções.

3.2.1 Inclusão social

A noção de inclusão social refere-se ao objectivo de que os todos os grupos sociais têm acesso igual aos recursos hídricos e benefícios associados. Em muitos casos, os desfavorecidos e vulneráveis – tais como os pobres, idosos, portadores de deficiência, pessoas que sofrem de doenças crónicas ou aqueles que vivem em campos de refugiados – podem ser privados do acesso a estes benefícios.

Isto pode ter graves implicações. Por exemplo, não garantir a alocação de água segura e fiável à comunidade de agricultores que pertence a uma minoria étnica marginalizada irá ameaçar os seus meios de subsistência e pode forçá-la abandonar a sua terra. Ou, um outro exemplo, a qualidade de o sucesso da terapia médica para os pacientes com HIV/SIDA pode estar em perigo quando o respectivo centro de saúde não recebe a mesmo abastecimento de água como as outras instalações especializadas em doenças mais "aceites".

[7] (OCDE, 2001)



Figura 3 – Os princípios de inclusão social, transparência e responsabilidade e o seu papel na "boa" ou "fraca" governação.

O sector público tem a responsabilidade de abordar estes desequilíbrios e pode assim fazê-lo assegurando que as políticas e legislação sobre a água não são discriminatórias. Contudo, não é suficiente basear-se em tais quadros. Com o objectivo de conseguir mudanças tangíveis no terreno, é a aplicação de quadros na prática, ou – no caso de leis – a sua aplicação é que faz a diferença. Uma opção é, por exemplo, estabelecer mediadas prioritárias que respondem particularmente às necessidades de água e os interesses dos grupos desfavorecidos. Entre outros, isto pode significar a uma nova alocação do abastecimento de água de locais na comunidade onde ela existe me abundância para locais nem mesmo é alocado o mínimo de água per capita. Através de tais medidas, o Governo Local pode contribuir para mitigar as disparidades sociais, aumentando deste modo a inclusão e equidade social, um dos princípios – e objectivos – básicos da GIRH.

Grupos desfavorecidos

Os grupos desfavorecidos podem ser parcialmente separados em três categorias de exclusão social:

- estatuto económico – por exemplo, aqueles que não possuem recursos e capacidades e meios para aceder a serviços;
- local de residência – por exemplo, aqueles baseados em aglomerados informais; e
- discriminação baseada na identidade – por exemplo, aqueles que são descriminados devido à saúde, idade, género, religião, raça, etc.

Estas três categorias estão geralmente muito ligadas e um elemento de uma irá muitas vezes estar associado a elementos da outra.

Devido a sua exclusão de certas actividades comunitárias, redes e benefícios, os grupos desfavorecidos geralmente têm poucas oportunidade de serem parte dos processos de tomada de decisões. Este é também o caso do sector de água em que, apesar de serem utilizadores de água óbvios, os interesses e necessidades destes grupos muitas vezes permanecem largamente negligenciados.

O empoderamento é chave para atingir a inclusão social. O empoderamento refere-se à remoção de barreiras que impedem os grupos desfavorecidos de serem plenamente integrados numa comunidade e ganharem acesso à sua fatia de benefícios providenciados. Tais barreiras podem existir devido a, por exemplo, legislação e políticas discriminatórias, questões económicas e por conseguinte financeiras, dificuldades de comunicação e menos oportunidades de educação.

Com o objectivo de tornar a GIRH verdadeiramente operacional e atingir os seus objectivos de sustentabilidade na comunidade e obter acesso, o Governo Local terá que exercer a sua autoridade ao nível local para assegurar que nenhuns limites intransponíveis inibam os grupos desfavorecidos fazer ouvir as suas vozes. A participação de actores, capacitação institucional, e o estabelecimento de prioridades das necessidades dos grupos desfavorecidos são os principais caminhos para o empoderamento e podem finalmente equilibrar as disparidades e alcance de mais justiça na sociedade.

Quando se envolve os actores nos fóruns participativos, o acesso para todos os grupos principais, independentemente do seu estatuto social, é crucial com o objectivo de obter um quadro compreensivo da situação local e conseguir apoio e cometimento para resolver as questões em jogo (ver também a Secção 4). A capacitação institucional ajuda a permitir que os grupos desfavorecidos façam lobby para os seus interesses e contribuam para a identificação de problemas e soluções numa base igual com os grupos sociais mais poderosos. O estabelecimento de prioridades das suas necessidades – tal como dar enfoque sobre os requisitos de abastecimento de água e saneamento em aglomerados informais – pode melhorar as suas condições de vida em termos mais directos e tangíveis.

Género

Em muitos casos, as necessidades de água de uma comunidade local são tratadas como um todo sem distinção entre requisitos diferentes de homens e mulheres. Contudo, estas necessidades podem ser diversas e ao ignorá-las podem ocorrer desigualdades no acesso a recursos hídricos. Portanto, o género é uma área chave da inclusão social que se abordada, pode grandemente reduzir a injustiça social.

Muitas vezes as mulheres têm menos palavra no sector de água do que os homens, especialmente em sociedades em que os papéis e responsabilidades de homens e mulheres são rigidamente definidos, com a posição da mulher ser limitada ao uso doméstico da água. Todavia, os papéis produtivos da mulher fora do âmbito doméstico, por exemplo na agricultura, ou indústria, são igualmente importantes, mas muitas vezes permanecem largamente ignorados. Isto pode causar

problemas para as mulheres conseguirem acesso suficiente a água para fins produtivos, de modo que elas são – em comparação com os homens – desfavorecidas no sector económico.

Outro aspecto de género e água é a ligação entre a educação feminina e o saneamento nas escolas. A falta de instalações sanitárias separadas por género e apropriadas desencoraja a frequência de estudantes do sexo feminino, privando-lhes assim da oportunidade de obterem educação igual a dos homens.

Por conseguinte, uma boa governação da água requer que as questões de género sejam incluídas no processo de GIRH, especialmente ao se tirar conclusões e planificar projectos e acções. Isto segue o princípio de equidade social e resulta numa tomada de decisões mais efectiva, o que pode indirectamente beneficiar o desenvolvimento económico da comunidade.

3.2.2 Transparência e responsabilidade

Um sistema de governação transparente, no qual é claro em relação a quem é responsável por decisões tomadas e acções realizadas, é um requisito importante para a boa governação. Também é relevante para a aplicação dos princípios de GIRH.

A falta de clareza em relação a razão por detrás das decisões tomadas, o uso de fundos, a recolha e uso de informação, e com quem fica a responsabilidade se as coisas correrem mal, pode abrir portas para a prática de corrupção, i.e., o uso de uma posição de autoridade pública para ganhos particulares. Isto cria um ambiente de trabalho em que existe pouco incentivo para realizar tarefas de forma eficaz. No sector de água, o resultado pode ser a falta de desempenho na prestação de serviços assim como o aumento da desigualdade sobre como os custos e benefícios derivados dos recursos hídricos são distribuídos. Finalmente, a corrupção pode minar o desenvolvimento económico através da geração de ineficiência e desencorajamento de investimento externo no sector de água. Geralmente segue-se a perda de confiança e crença do público em relação à credibilidade e legitimidade das instituições públicas.

Providenciar um acesso alargado à informação e tratá-la como um bem público é crucial tanto para a transparência como para a prestação de contas. O acesso à informação permite aos actores confirmar a qualidade e validade dos dados usados no processo de tomada de decisões, o que previne o mau uso e falsa interpretação e resulta em clareza sobre quais decisões foram tomadas e quem foi responsável por elas. Os actores também podem jogar um papel na recolha de informação contribuindo com o seu conhecimento no processo.

Transparência na tomada de decisões

A boa governação requer que as decisões sejam tomadas de acordo com os quadros legais e de uma forma que aqueles afectados estão conscientes do processo e têm acesso a toda a informação disponível. A transparência na tomada de decisões ajuda a assegurar que aqueles não directamente envolvidos no processo sejam, todavia, capazes de perceber e intervir. A informação que deveria ser livremente disponível inclui porquê as decisões sobre políticas de água foram tomadas, quem irá beneficiar dessas decisões e os prováveis impactos dessas decisões sobre a comunidade local.

Quando as decisões são tomadas por detrás de portas fechadas, pode resultar em desconfiança e acusações. Aqueles com interesse na gestão de recursos hídricos não têm conhecimento sobre os motivos por detrás das decisões tomadas e não terão nenhuma garantia de que tais decisões foram desenvolvidas no interesse da comunidade como um todo mas sim duma pequena elite. Um procedimento transparente também revela o papel dos actores na tomada de decisões e confirma que

a sua contribuição foi imparcialmente considerada e que o envolvimento é genuíno e não somente para mostrar.

Transparência no uso de fundos

A transparência no uso de fundos locais e nacionais para os recursos hídricos é crucial na prevenção de corrupção financeira ao nível local. Um público em geral tem o direito de saber como os seus impostos estão a ser usados, case esteja em posição de questionar este uso e se necessário deve ser capaz de solicitar inquéritos sobre o que parece ser o mau uso ou fraco investimento das finanças públicas.

Prestação de contas

A boa governação requer que os actores chave, que têm autoridade para tomar e aplicar decisões, sejam responsabilizados por aquilo que decidem. O quadro legal dentro do qual a gestão de recursos hídricos funciona deve ser claro para assegurar que se as leis de água são violadas, consequências tais como investigações, solicitações para justificação, audiências públicas e finalmente multas podem ser, se são imparcialmente, aplicadas àqueles responsáveis. Se não estiver a funcionar, o resultado pode ser a negligência dos deveres e responsabilidades obrigatórias, visto que a falha do cumprimento dos requisitos legais permanece impune.

3.3 Implicações para os Governos Locais

A boa governação, baseada em princípios tais como a inclusão social, transparência e prestação de contas, está muito ligada a uma GIRH com sucesso, visto que providencia uma ambiente facilitador dentro do qual uma abordagem participativa da gestão integrada de recursos hídricos pode ocorrer. Todavia, ao mesmo tempo, a boa governação reflecte uma situação ideal que é somente realizada parcialmente em muitos países.

Um Governo Local não deve permanecer inactivo se as condições circundantes não forem perfeitas para entrar num processo de GIRH. Com base na sua competência ao nível local e tomando vantagem da motivação da comunidade local, assim como o conhecimento e interesse dos diferentes sectores e organizações, pelo menos alguns pequenos passos para mudança são sempre possíveis.

Um Governo Local é responsável por todos os membros da sua comunidade. Com a esfera do governo mais próxima do povo numa dada localidade, está na melhor posição para observar as situações e desenvolvimentos locais que requerem intervenções. Se houver evidência de que certos grupos são puxados para a preferia da sociedade local e são privados de um acesso justo aos serviços do Governo Local, deve-se tomar medidas correctivas. Trabalhar conjuntamente com os representantes dos grupos desfavorecidos, perceber as suas necessidades e colocando-os em cima na agenda local, pode-se alcançar grandes progressos em direcção a uma sociedade local mais inclusiva.

Da mesma forma, o Governo Local pode tornar parte da sua política enfatizar a transparência em todas as suas decisões e acções, independentemente da prioridade dada à transparência nas altas esferas do governo. A colaboração com os actores locais não pode funcionar se as grandes decisões forem tomadas por detrás de portas fechadas e o público tem razão de suspeitar que estão a ser feitos “negócios” contrários ao interesse geral da comunidade. Uma participação efectiva dos actores requer uma base sólida de confiança mútua no relacionamento entre o público e o Governo Local.

A proximidade entre o Governo Local e a comunidade para a qual é responsável torna mais fácil adequar os serviços de uma forma que satisfaçam verdadeiramente as necessidades e expectativas locais. Mas esta proximidade também tem implicações na direcção oposta, visto que o eleitorado está numa posição em que é possível apontar o dedo ao Governo Local que trabalha mal no cumprimento das suas obrigações. Em pequenas vilas, em particular, os sucessos e falhas são mais fáceis de associar directamente às pessoas, partes ou departamentos responsáveis por isso. Mesmo reuniões pessoais com decisores principais podem, em princípio, ser possíveis. Ademais, os media locais têm um grande papel em observar e comentar o desempenho do Governo Local. Por conseguinte, o Governo Local irá sempre enfrentar mais desafios em ser responsabilizado pelas suas acções do que níveis mais altos de governo que estão mais distantes do eleitorado.

Para resumir, o Governo Local é aconselhado a evitar os riscos prováveis – e custos! – de políticas e prática de gestão fracas, tanto em geral como sector de água. O Governo Local deve dar valor proeminente aos princípios de boa governação, uma prática que paga dividendos através de benefícios derivados do trabalho com os actores (ver Secção 4). Em vez de esperar por melhoramentos ao nível nacional, os Governo Locais podem usar a sua própria esfera de competência para reforçar a democracia e justiça ao nível local e assim determinar reformas a partir da base.

4. A participação dos actores na tomada de decisões

Como foi realçado nas secções anteriores, a participação dos representantes de todos os actores na tomada de decisões sobre a gestão de recursos hídricos é um requisito chave para uma boa governação e GIRH.

Um actor na GIRH pode ser qualquer grupo, instituição, organização, empresa ou indivíduo com interesse ou papel na gestão de recursos hídricos. Os utilizadores são o grupo de actores mais óbvio, mas outros podem existir, tais como reguladores. Todos estes têm interesses diferentes, alguns dos quais podem ser contraditórios, e portanto a representação de todos os actores da comunidade é importante para perceber as necessidades e exigências e também para formar um acordo partilhado sobre a forma como os recursos hídricos são geridos.

Os benefícios do envolvimento dos actores

Os benefícios de envolver todos os actores são vários e melhoram a possibilidade de "fazer as coisas correctamente". Isto porque um envolvimento compreensivo dos actores pode:

- ajudar a concluir a compilação e percepção dos dados e outra informação sobre recursos hídricos locais e seus usos;
- providenciar uma percepção mais profunda das questões locais e contribuir para a identificação de prioridades futuras;
- chamar a atenção para interesses diferentes ou mesmo opostos dos actores e ajudar a abordar conflitos antes que cresçam e se tornem em grandes confrontos;
- trazer mais ideias, recursos e capacidade para partilhar responsabilidades pela gestão de recursos hídricos;
- criar um sentimento de propriedade dentro da comunidade local para a gestão e desenvolvimento de recursos hídricos; e
- reforçar a consciência sobre o verdadeiro valor da água como um meio de subsistência sólido.

Participação dos actores nos diferentes níveis de governação

A participação dos actores é essencial a todos os níveis de governação dentro das instituições baseadas tanto na administração com na hidrologia.

O envolvimento dos actores ao nível das bacias hidrográficas é importante, visto que a maior parte dos rios na África Austral são transfronteiriços e a quantidade de água disponível para os países difere de muita para nenhuma. Por conseguinte, é crucial assegurar o entendimento das necessidade perceber as necessidades dos vizinhos para prevenir que os governos tomem decisões populares para satisfazer os interesses nacionais à custa dos seus vizinhos. Isto pode ser alcançado através da interacção do Governos Nacionais e outras autoridades e órgãos nacionais.

Ao nível nacional, o envolvimento dos actores é geralmente realizado através das autoridades de nível de bacias de captação. As leis e regras nacionais definem o papel do Governo Local neste processo. Nas Autoridades de Gestão de Bacias de Captação e órgão similares, o Governo Local é justamente um dos vários actores. Considerando seriamente o seu papel de actor, o Governo Local deve ambicionar aprender e perceber os problemas e interesses de outras comunidades em qualquer

lugar na bacia de captação. Contribuir para as Autoridades de Gestão de Bacias de Captação é também uma oportunidade para advogar os interesses das suas próprias comunidades.

Ao nível local, os Governos Locais têm uma certa flexibilidade de envolver uma vasta gama de actores no processo de tomada de decisões. Fazer assim pode providenciar os benefícios listados acima e é crucial para a aplicação dos princípios de GIRH.

5. Conclusões: O que significa GIRH para os Governos Locais

A GIRH é muitas vezes discutida a nível transfronteiriço, nacional e de bacia de captação com participação e representação limitadas do Governo Local. Todavia, o nível local é crucial para fazer reformas no trabalho de gestão de recursos hídricos. Para isso é indispensável uma contribuição efectiva do Governo Local.

O sucesso do envolvimento do Governo Local ma GIRH depende grandemente do sistema de governação circundante que determina os seus mandatos e responsabilidades. O sistema varia de acordo com o grau de descentralização que um país estabeleceu e outros factores, tais como contexto histórico, herança colonial e tradições culturais. Portanto, o Governo Local deve ter uma boa percepção sobre as estruturas de governação dentro das quais deve trabalhar, visto que elas não só definem as suas oportunidades na GIRH como também os seus limites.

Mais ainda, é importante para o Governo Local estar bem consciente das suas capacidades e recursos para desempenhar os seus mandatos de uma forma satisfatória. Se este não for o caso, o governo Local deve solicitar esclarecimentos sobre a expectativa direccionada para ele e procurar suporte de níveis de governo mais altos, por exemplo, associações de Governos Locais.

O Governo Local pode ainda reforçar a sua prontidão para a GIRH forjando ligações e estabelecendo coordenação com Governos Locais vizinhos na bacia hidrográfica, possivelmente mesmo além das fronteiras nacionais. Fazer assim pode ajudar a partilha de conhecimento e experiência, assim como contribuir para o uso mais racional dos recursos hídricos na bacia.

Em todos os casos, independentemente das condições específicas ao abrigo das quais um dado Governo Local deve operar, sempre existem possibilidades, contudo limitadas, através das quais o estado dos recursos hídricos locais no desempenho de rotinas diárias pode ser considerado. Cada Governo Local pode começar com pequenos passos, baseando-se nas capacidades existentes na comunidade.

Politicamente, existe muita coisa para ser ganha pela liderança local. uma participação alargada dos actores, tomando também em consideração aqueles grupos que são sempre marginalizados ou excluídos, pode aumentar grandemente a confiança no Governo Local, a longo prazo, a partilha de informação, ouvir e responder às necessidades e interesses dos actores e envolvê-los na implementação irá aumentar os benefícios da GIRH e reforçar a comunidade como um todo. Finalmente, os ecossistemas locais irão tornar-se mais sustentáveis e providenciar uma base mais viável para suportar os meios de subsistência da actual e futuras gerações. Portanto, o Governo Local deve usar o seu poder para de forma pró-activa moldar a situação ao nível local e tornar-se um modelo para a boa governação, mesmo se todo o sistema de governação geral não for muito favorável.

Para resumir, pode-se dizer que o Governo Local está numa posição favorável para contribuir para a GIRH. Capitalizando a sua proximidade com a população local e suas condições de vida, o Governo Local pode usar o seu poder e direitos para acelerar melhoramentos na gestão de recursos hídricos. Isto pode ser em pequena escala e referir-se somente a pequenas responsabilidades seleccionadas; ou em grande escala, incluindo a GIRH em todos os mandatos através da implementação de um plano de acção compreensivo de água local. A prática de aplicar os princípios de GIRH e desenvolver tais planos de acção é assunto da Parte III deste conjunto de materiais sobre "O Governo Local e a Gestão Integrada de Recursos Hídricos".

6. Referências

Cap-Net (2005) *Integrated Water Resources Management Plans: Training Manual and Operational Guide.* Cap-Net, Global water Partnership and United Nations Development Programme. Disponível em: www.cap-net.org/captrainingmaterialsearchdetail.php?TM_ID=67

DFID (2005) *Reducing poverty by tackling social exclusion: A DFID policy paper.* Department for International Development, London, UK.
Disponível em: www.dfid.gov.uk/pubs/files/social-exclusion.pdf

EC (1999) *Towards sustainable water resources management - a strategic approach.* European Commission DG Development and DG External Relations. Disponível em: http://waterwiki.net/index.php/Towards_sustainable_water_resources_management_-_a_strategic_approach

Moriarty, P., Batchelor, C., Abd-Alhadi, F. T., Laban, P. and Fahmy, H. (2007) *The EMPOWERS Approach to Water Governance: Guidelines, Methods and Tools.* EMPOWERS Partnership. Disponível em:
www.empowers.info/content/download/3555/23235/file/Guidelines%20-%20Complete_Document.pdf

de la Harpe, J. (2007) *Strengthening local governance for improved water and sanitation services.* IRC International Water and Sanitation Centre, Delft, Netherlands.
Disponível em: www.irc.nl/page/38638

Gender and Water Alliance (GWA) (2006) *Resource Guide: Mainstreaming Gender in Water Management.* GWA and UNDP. Disponível em: www.genderandwater.org/page/2414

Global Water Partnership (2006) *Technical Brief 5: Mainstreaming gender in integrated water resources management strategies and plans: practical steps for practitioners.* Global Water Partnership Technical Committee (TEC), Stockholm, Sweden.
Disponível em: www.gwpforum.org/gwp/library/Tech_brief_5_Gender.pdf

Moriarty, P., Batchelor, C., Laban, P. and Fahmy, H. (2007) *The EMPOWERS Approach to Water Governance: Background and key concepts.* EMPOWERS Partnership. Disponível em:
www.empowers.info/content/download/3548/23184/file/Background%20to%20Guidelines_En.pdf

Nelson, V., Martin, A., Sutherland, A., Casella, D. and Verhagen, J. (2007) *Social inclusion and integrated urban water management.* Research paper for the SWITCH (Sustainable Water Management Improves Tomorrows Cities Health), Natural Resources Institute (NRI) University of Greenwich, UK, and IRC International Water and Sanitation Centre, Delft, Netherlands.

Rogers, P. and Hall, A.W. (2003) *Effective Water Governance.* Global water Partnership Technical Committee (TEC), Stockholm, Sweden.
Disponível em: www.gwpforum.org/gwp/library/TEC%207.pdf

UNDP (1997) *Governance for sustainable human development: A UNDP policy document.* United Nations Development Programme, New York, USA.
http://mirror.undp.org/magnet/policy/default.htm

UNESCAP (2008) *What is good governance?* United Nations Economic and Social Commission for Asia and the Pacific, Bangkok, Thailand.
Disponível em: www.unescap.org/pdd/prs/ProjectActivities/Ongoing/gg/governance.pdf

UNESCO (2006) *The 2nd United Nations World Water Development Report: 'Water, a shared responsibility'.* World Water Assessment Programme (WWAP); United Nations Educational, Scientific and Cultural Organisation (UNESCO)

A produção dos materiais “O Governo Local e a GIRH” tornou-se possível através de contribuições de todos os parceiros do LoGo Water e oito governos locais associados ao projecto.

Membros da equipa do Projecto das organizações parceiras

Rapule Pule, Suzan Takalani-Ramalivhana, Dr Britta Freitag
ICLEI Africa Secretariat - www.iclei.org/africa

Barbara Anton, Ralph Philip, Francesca Schrafft, João Rabaça, Monika Zimmermann, Paul Fenton
ICLEI ITC e European Secretariat - www.iclei.org/itc, www.iclei-europe.org

Dr Caroline A. Sullivan, Muriel Bonjean, Dr John Bromley (de 2007)
Oxford University Centre for the Environment (OUCE) - www.ouce.ox.ac.uk

Dr Caroline A. Sullivan, Muriel Bonjean, Dr John Bromley, Dermot O’Regan, Dr Jeremy Meigh (antes de 2007)
Centre for Ecology and Hydrology (CEH Wallingford) - www.ceh.ac.uk

Mikel Berraondo López, Prof Dr Pedro Arrojo Agudo, Majed Barakat Atwi
Foundation for a New Water Culture (FNCA) - www.unizar.es

Dave Cox, Chris Dickens, Myles Mander, Kate van Niekerk, Vanashrie Govender
Institute of Natural Resources (INR) - www.inr.unp.ac.za

Stef Smits, Dr John Butterworth, Alana Potter, Ton Schouten
IRC International Water and Sanitation Centre - www.irc.nl

Ebenizario Chonguiça
International Union for Conservation of Nature (IUCN), Mozambique Office - www.iucn.org/places/mozambique/

Dr Lawrence Nyagwambo, Ngoni Reginald Mudege
Institute for Water and Sanitation Development (IWSD) - www.iwsd.co.zw

Felix Monggae, Bonatla Thsolofelo, Sakhile Koketso
Kalahari Conservation Society (KCS) - www.kcs.org.bw

Representantes dos Governos Locais Associados que participam no LoGo Water

Ernest Keabaitse, Planificador de Cidades Sénior, Conselho da Cidade de Selebi-Phikwe, Botswana

Gomolemo B. Kenosi, Ofi cial Distrital, Terras, Departamento de Teras, Sub-Distrito de Serowe-Palapye, Botswana

Júlio Mambuli, Conselho Municipal de Chokwe, Moçambique

Albert Mbedzi, Director Executivo, Conselho Rural do Distrito de Beitbridge, Zimbabwe

Masindi Mapholi, Director, Serviços Técnicos, Município Local de Makhado, África do Sul

Francisco Vasco Nhanchengo, Vereador, Conselho Municipal de Xai-Xai, Moçambique

Peter Sibanda, Director, Serviços de Engenharia, Conselho Municipal de Bulawayo, Zimbabwe

Jan van den Berg, Chefe: Informação Ambiental, Divisão de Gestão Ambiental, Gestão de Recursos Ambientais, Cidade de Tshwane, África do Sul

Emídieo Xavier, Conselheiro para a Cooperação e Relações Públicas, Conselho Municipal, Xai-Xai, Moçambique

A Gestão Integrada de Recursos Hídricos (GIRH) é um tema de grande actualidade. Está em todo o lado – na imprensa, na Internet e nas conferências – e é uma palavra na moda entre os governos, instituições e ONG's que actuam no sector da água.Será que é uma tendência do momento que brevemente será esquecida ou está aqui para fi car? Enquanto funcionário de um Governo Local merece a GIRH ser mais explorada?

O conjunto de materiais "O Governo Local e a GIRH" foi produzido por especialistas Africanos e Europeus do sector da água, com a colaboração de Governos Locais Africanos. Esta equipa acredita que, a longo prazo, a GIRH é a nelhor forma de assegura um gestão sustentavel dos recursos.A GIRH só pode funcionar com o envolvimento do Governo Local, e os próprios Governos Locais benefeciam desta abordagem para optimizar o desempenho das responsabilidades para com a comunidade local.

O conjunto de materiais "O Governo Local e a GIRH" é constituido por quatro partes:

Parte I : **Colhendo os Benefícios – Como os Governos Locais Beneficiam com a GIRH**

Parte II : **Perceber o Contexto – O Papel do Governo Local na GIRH**

Parte III : **Engajando-se na GIRH – Passos e Ferramentas Práticas para os Governos Locais**

Parte IV: **Fazer da Água um benefício em prol dos Governos Locais – As Dez Principais Dicas para uma abordagem Integrada da Gestão da Água**

Esta publicação é a Parte II da série e é destinada àqueles que têm interesse em perceber a relação entre as questões de governação e a GIRH ao nível local – uma percepção que é crucial antes de se introduzir a GIRH no debate de políticas locais.

Faça do seu Governo Local um pioneiro na sustentabilidade da água – adopte a GIRH!

www.iclei-europe.org/logowater